

GANHAR AS ELEIÇÕES. GOVERNAR PORTUGAL. REVITALIZAR A DEMOCRACIA.

1. AFIRMAR UMA ALTERNATIVA DE GOVERNO

O Partido Socialista tem de ganhar as próximas eleições legislativas com condições políticas, sociais e programáticas que lhe permitam governar de forma sustentável e encetar mudanças estruturais fundadoras de um novo ciclo de prosperidade para Portugal e para os Portugueses.

Em quatro anos de governo, a coligação da direita ultraliberal arrastou o país para uma profunda crise económica, social, de confiança e de governabilidade. Colocou Portugal numa rota de acelerado empobrecimento e de agravamento das desigualdades; destruiu dezenas de milhares de empresas e empregos; levou à emigração forçada dezenas de milhar de jovens qualificados; e aumentou a nossa dependência externa com a dívida a subir de 109% para 130%. Realizou um ajustamento orçamental à custa de violentos cortes nos salários, rendimentos e pensões, mas não realizou as reformas estruturais que dêem sustentabilidade a esse ajustamento.

Construir uma alternativa sólida de governo, devolver a esperança e a palavra aos Portugueses é, nas actuais circunstâncias, um imperativo patriótico e uma urgência democrática, cuja responsabilidade e liderança cabe ao Partido Socialista.

Uma alternativa política, social, programática e de protagonistas — e não a tradicional alternância — que dê confiança aos portugueses, sustentabilidade às políticas e governabilidade ao país.

Estes imperativos implicam:

- Que o **Partido Socialista reassuma a sua matriz fundadora, social-democrata, reformista**, como principal protagonista das mudanças progressistas da sociedade portuguesa.
- Que o PS promova a **construção de uma Visão, amplamente partilhada, para o futuro de Portugal**. Visão que aposte, decididamente, na nossa vocação universalista, num mundo profundamente globalizado. O nosso posicionamento euro-atlântico, a tradição de encruzilhada de rotas, de culturas e de civilizações, bem como a pertença ao espaço lusófono, constituem não só as condições para darmos novos horizontes a Portugal, como são um valioso trunfo para afirmar a nossa participação na construção europeia.
- A **regeneração do sistema político-partidário** e profundas mudanças no funcionamento dos partidos e nos comportamentos éticos dos políticos. Neste domínio, o PS deve tomar a iniciativa e dar o exemplo. Só assim poderá recuperar a confiança dos Portugueses.

- O **aprofundamento da integração europeia**, designadamente da União Económica (convergência de políticas económicas, sociais e fiscais) e da União Política (avanço do federalismo).
- A **reestruturação da dívida**, cujos montantes, encargos e maturidades condicionam fortemente o desenvolvimento de Portugal e inviabilizam o seu próprio pagamento.

2. ABERTURA, VISÃO E REFORMAS

Para vencer a profunda crise que atravessamos, Portugal precisa de **governos estáveis**, na base de **ampla maioria política** e de **consenso social alargado**. O que exige uma alternativa política, social, programática e de protagonistas, mobilizadora e sustentável. A alternativa que o PS deve apresentar aos Portugueses tem quatro pilares estruturantes:

- Em primeiro lugar, o PS deve apresentar a proposta da formação de um **governo patriótico, de ressurgimento nacional**, confrontando os outros partidos e todos os agentes políticos com as suas responsabilidades.
- Em segundo lugar, em diálogo com os parceiros sociais, o PS deve lançar as bases de um **grande acordo de concertação social** que impulse novas metas económicas, de coesão social, de produtividade e de rendimentos, e que suporte as reformas estruturais que o país tem de fazer.
- Em terceiro lugar, **o PS tem de assumir-se como partido reformista**, contemplando no seu programa de governo uma Visão clara para o futuro do país. Visão que contemple as mudanças estruturais a promover, designadamente a nível do sistema político-partidário, do Estado e da Administração Territorial, da Justiça, da Educação e do modelo de desenvolvimento.
- Finalmente, na elaboração do Programa de Governo, na constituição do Governo e na acção política, o PS tem de **mobilizar pessoas de reconhecido mérito cívico, técnico, político e profissional**.

3. AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS

Portugal sai do programa de ajustamento tal como entrou: com os pesados arcaísmos do sistema produtivo, do Estado, da Administração Pública e da Justiça, e as reconhecidas fragilidades do sistema educativo e de formação. A governabilidade democrática de Portugal, o reequilíbrio sustentável das contas públicas e o progresso económico e social exigem a realização de reformas estruturais sistematicamente adiadas, a saber:

- **Estado**

Repensar a natureza e funções de um Estado descentralizado, solidário e moderno para o século XXI. Neste quadro, há que decidir em definitivo sobre a **regionalização** que, em caso de rejeição, terá de ser substituída por outras modalidades de descentralização, dando lugar a uma profunda reorganização da administração territorial desconcentrada.
- **Justiça**

Limitar o poder das corporações. Disponibilizar meios modernos de funcionamento, com gestores profissionais, garantido o acesso universal à Justiça e promovendo a formação permanente, transversal e prática, dos magistrados.
- **Educação**

Repensar a escola, a aprendizagem e a formação, para o século XXI, à luz das exigências determinadas pelas profundas mudanças das sociedades em que vivemos. Para esse desígnio propomos a constituição de uma **estrutura de missão**, integrada por individualidades de reconhecida competência (Adriano Moreira, Marçal Grilo, Roberto Carneiro, Maria Lurdes Rodrigues, Joaquim Azevedo, entre outros).
- **Novo modelo de desenvolvimento**
 - Portugal precisa de um modelo de desenvolvimento **inteligente, inclusivo, verde e territorializado**. Com apoio às empresas que produzem bens transaccionáveis e à sua internacionalização. O PS tem de protagonizar políticas e mecanismos que reduzam — progressiva mas sustentadamente — *as rendas de situação* (fundiárias, imobiliárias, financeiras) a favor do sistema produtivo, apostando numa economia mista e na economia social).
 - Adopção de medidas e mecanismos eficazes de garantia de justiça social, da distribuição equitativa dos rendimentos e da prioridade à criação de emprego.

4. REVITALIZAR A DEMOCRACIA

O sistema político-partidário atravessa uma grave crise de confiança, de representatividade e de legitimidade, marcada pelo *divórcio* entre os cidadãos e a política e pelos elevados níveis de abstenção. A construção da alternativa política e governativa do PS tem de contemplar, com medidas eficazes, reformas do sistema político, mudanças no funcionamento dos partidos, a regeneração ética da vida pública e o combate à corrupção.

- **Lei eleitoral**
 - Criação dos círculos uninominais, conjugando com círculo nacional que assegure a representação proporcional.
 - Introdução do duplo voto, permitindo ao eleitor escolher não só o partido, mas também o candidato da sua preferência.
 - Adopção de critérios que favoreçam a governabilidade.

- **Aprofundamento da democracia**
 - Adotar procedimentos que valorizem a representação democrática e reforcem as modalidades de democracia participativa.
 - Simplificar as leis dos referendos nacional e local e fomentar a sua utilização.

- **Ética e transparência na vida pública**

É imperioso um sobressalto cívico e ético, o reforço da eficácia das medidas de combate à corrupção e sancionamentos éticos e penais exemplares.

 - **Evitar a promiscuidade público-privado**

Medidas concretas para evitar situações de promiscuidade, designadamente as condições de trabalho para o Estado dos grandes escritórios de advogados e consultores financeiros, económicos, etc.
 - **Código de Conduta e Transparência**

Promover a aprovação, pela Assembleia da República, de um Código de Conduta e Transparência para o exercício dos cargos públicos.

- **Mudanças no Partido Socialista**
 - **Eleições Primárias**

Na sequência do êxito que constituíram as primárias para escolha do candidato a primeiro-ministro, adoptar as eleições primárias, abertas, em todas as designações de candidatos ao desempenho de cargos de representação externa (legislativas, europeias, autárquicas, regionais e presidenciais).
 - **Simpatizantes**

Activar o recenseamento dos simpatizantes e a sua participação na vida do Partido, tal como se prevê nos estatutos.
 - **Transparências nas eleições internas**

Instituição de regras e meios que assegurem condições de efectiva democraticidade, com igualdade para todos os candidatos e pesadas sanções disciplinares para as irregularidades processuais, as pressões e os expedientes ilegítimos.
 - **Código de Ética**

Adoptar um código de ética para os militantes socialistas no exercício de cargos públicos e partidários.
 - **Novas tecnologias**

Recurso intensivo às novas tecnologias para afirmação do PS no ciberespaço e na blogosfera, propiciando a participação dos militantes e apoiantes através das redes sociais e a comunicação entre eles através da disponibilização dos endereços electrónicos.

5. QUESTÕES DE FUTURO

Quatro questões condicionam e estruturam o futuro do país, questões nas quais o PS tem de apostar:

- **Criação de emprego.**

O desemprego é o problema mais dramático das sociedades contemporâneas, com a marginalização de milhões de indivíduos (jovens, desemprego de longa duração). E para criar novos empregos já não basta apostar no relançamento económico dado o impacto das novas tecnologias e o aumento da produtividade. Torna-se necessário desenvolver novas áreas de criação de emprego – ambiente, apoios sociais, novas actividades económicas.

- **Assumir a sustentabilidade ambiental**

A razoável consciência ambiental que existe na sociedade portuguesa não se traduz, com a necessária dimensão e eficácia, nos programas partidários e nas políticas públicas. O Partido Socialista tem de assumir a sustentabilidade ambiental, com relevância, nas suas estruturas militantes, e de forma transversal, no programa de Governo.

- **Retomar o crescimento demográfico**

Progressivamente, os responsáveis políticos e os cidadãos em geral vêm tomando consciência das graves consequências do envelhecimento da população, da drástica quebra da natalidade e da nova vaga de emigração jovem. Mas as políticas até agora prosseguidas neste domínio não resolveram o problema. Eis uma área na qual o PS pode – e deve – fazer a diferença, apostando na pesquisa, definição e adopção de medidas eficazes que permitam inverter, sustentadamente, as tendências das últimas décadas.